

## PREFÁCIO

---

MEU INTUITO, INICIALMENTE, era rastrear a figura de informante nativø<sup>1</sup> em diferentes práticas: a filosofia, a literatura, a história, a cultura. Em pouco tempo, descobri que tal rastreamento evidenciava um sujeito colonial que se descolava de informante nativø. Depois de 1989, comecei a perceber que certo sujeito pós-colonial vinha, por sua vez, recodificando o sujeito colonial e se apropriando da posição de informante nativø. Hoje, com a globalização em plena marcha, a informática telecomunicativa acessa diretamente o informante nativø em busca de conhecimento autóctone, e com isso fomenta a biopirataria. Segue operante, assim, a forclusão<sup>2</sup> que identifiquei no CAPÍTULO 1, mas de forma ainda mais agressiva. A *Enciclopédia dos Sistemas de Sustentação de Vida*, da UNESCO, “define” o período aborígene da história humana como “a escala temporal do *passado longínquo* [...] associada a abordagens *inativas* caracterizadas pelo descaso com a degradação e a sustentabilidade ambientais”. Seria, é claro, tão impossível a aborígene pensar em termos de sustentabilidade quanto a Aristóteles “deduzir [...] [o] segredo da expressão do valor”, dada “a limitação histórica da sociedade

---

1 [N.T.] Sobre a grafia de determinadas marcas de gênero nesta tradução, cf. p. 32, nota 7, *infra*.

2 [N.T.] Como veremos com maior riqueza de detalhes a seguir, essa concepção psicanalítica desenvolvida por Jacques Lacan (baseada na *Verwerfung* freudiana) recebe definição exaustiva no célebre *Vocabulaire de la psychanalyse* (1967) de Jean Laplanche e Jean-Bertrand Lefebvre Pontalis, publicado no Brasil como *Vocabulário da psicanálise* (trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2000), a partir da qual Spivak desenvolverá seus usos extraclínicos do termo. Em português, o substantivo *forclusion* (bem como verbos e adjetivos dele derivados) foi vertido de duas maneiras: como “forclusão” (e, portanto, “forcluir”, “forcluído” etc.); inclusive na versão de Tamen do *Vocabulário* (pp. 194-198), e como “forclusão” (donde “forcluir” etc.). Embora ambas as grafias possam ser encontradas na literatura psicanalítica publicada em nosso país, a segunda variante, “forclusão”, parece ter-se consolidado ao longo da última década, motivo pelo qual optamos por seu emprego.

em que ele vivia”.<sup>3</sup> Não obstante, a filosofia prática de viver segundo o ritmo do ecobioma agora ganha a desdenhosa alcunha de “descaso”.

Assolado por essa dinâmica, meu livro mapeia o itinerário de uma praticante [*practitioner*]<sup>4</sup> desde estudos do discurso colonial até estudos culturais transnacionais. A segunda dessas posições, espécie de “base móvel” que me sustém enquanto o texto busca apreender o presente fugidio, fez-se assertivamente presente na forma de notas de rodapé narrativas. Alguns considerarão essa prática irritante e confusa; outros, espero, aceitarão o desafio. A leitora implícita cuja face desvelo no CAPÍTULO 4 é por demais diversa para que designemos a ela um interesse definido, uma preparação definitiva. Tendo por base estudos próprios e incertos, por vezes conjuro, para os novos estudos culturais, uma leitora afeita à consulta de léxicos. O livro também procura lidar com a “ignorância sancionada” da elite teórica e do autointitulado “profissional” [*practitioner*] acadêmico. As sanções são elas mesmas heterogêneas quanto à sua procedência. Assim, a posição de quem lê é tão cambiante quanto a de quem escreve. Não seria essa, porém, a sina de todo texto, haver-se com resistências em sua escrita e em sua leitura?

O primeiro capítulo aborda a filosofia: como Kant foracluiu o aborígene; como Hegel inseriu o outro da Europa em um padrão de desvios normativos e como ele mesmo foi saneado pelo sujeito colonial; como Marx negociou a diferença.

O segundo capítulo aborda um conjunto de textos literários para evidenciar o modo como recebem figuração o colonialismo e a pós-colonialidade: Brontë, Mary Shelley, Baudelaire, Kipling, Rhys, Mahasweta, Coetzee. Como a leio, Mary Shelley tem em comum com os últimos três membros da lista não apresentar a ética da alteridade como uma política identitária: uma lição para nossa luta. Se fosse escrevê-lo hoje, eu acrescentaria ao menos

---

3 UNESCO. *Encyclopedia of Life Support Systems: Conceptual Framework*. Whitstable: Oyster Press, 1997, p. 13; Karl Marx, *O capital: Crítica da economia política — Livro 1: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 189.

4 [N.T.] “*Practitioner*” é substantivo cujo escopo semântico permite, em contextos distintos, que o traduzamos por “profissional” e por “praticante” — inclusive com acepção religiosa, no caso do segundo termo. Uma oscilação constante entre esses sentidos (e, por vezes, sua mobilização simultânea) integra a complexa trama polissêmica que Spivak tece ao desenvolver o argumento de seu livro. Para que a obrigatoriedade contextual de encontrarmos soluções tradutórias distintas para um único termo não acarrete o apagamento dessa dimensão, o termo original aparece, nesse e em casos semelhantes, entre colchetes.

*Lucy*, de Jamaica Kincaid, um poderoso texto paratático cuja investida contra agentes de exploração não perde em absoluto o gume ao ousar, em seu desfecho, dissolver o nome próprio da personagem principal por intermédio de uma alteridade além do alcance de sua escolha, a fim de que possa reivindicar, no subjuntivo, o direito/responsabilidade de amar, negado ao sujeito que deseje escolher agência em lugar de vitimização.

O terceiro capítulo acompanha, por meio dos arquivos, uma rainha das colinas do século XIX e reflete sobre o manejo da imolação de viúvas. Talvez valha mencionar que o capítulo contém uma versão revisada de “Can the Subaltern Speak?”,<sup>5</sup> ensaio originalmente publicado em *Marxism and the Interpretation of Culture*, organizado por Cary Nelson e Lawrence Grossberg (Urbana: University of Illinois Press, 1988).

O quarto capítulo contempla a moda pós-moderna e o lugar da mulher na história do têxtil.

Adicionalmente a “Can the Subaltern Speak?”, versões anteriores de partes deste texto foram publicadas sob os seguintes títulos: “The Rani of Sirmur: An Essay in Reading the Archives”, em *History and Theory*, vol. 24, nº 3 (1985), pp. 247-272; “Three Women’s Texts and a Critique of Imperialism”,<sup>6</sup> em *Critical Inquiry*, vol. 12, nº 1 (outono de 1985), pp. 243-261; “Imperialism and Sexual Difference”, na *Oxford Literary Review*, vol. 8, nº 1 (1986), pp. 225-240; “Versions of the Margin: J. M. Coetzee’s *Foe* reading Defoe’s *Crusoe/Roxana*”, em *Consequences of Theory*, organizado por Johnathan Arac e Barbara Johnson (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991, pp. 154-180); e “Time and Timing: Law and History”, originalmente publicado em *Chronotypes*, organizado por John Bender e David E. Wellbery (California: Stanford University Press, 1991, pp. 99-117).

Esses capítulos não são autocontidos. Seu lasso encadeamento pode ser descrito da seguinte maneira: as premissas filosóficas, escavações históricas e representações literárias do dominante — na medida em que delas também

5 [N.T.] Publicado no Brasil como *Pode o subalterno falar?*. Trad. Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

6 [N.T.] Publicado em língua portuguesa como “Três textos de mulheres e uma crítica ao imperialismo”. Trad. Larissa Latif. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.). *Gênero e performance — textos essenciais*. Coimbra: Grácio, 2018, pp. 105-144. vol. I.

compartilha o pós-colonial emergente — também rastreiam o emergir subliminar e descontínuo do “informante nativo”: autóctone e/ou subalterno. Não se trata, tal informante, de um tropo, expresso mediante o discurso, a escrita e as imagens da “literatura do terceiro mundo”. O modo como se efetiva seu deslocamento, de perspectiva impossível para redes de resistência bem como objetos sobrepulcrados, é parte da narrativa. A problemática do text-il parece conter uma *coda*. Ao longo da narrativa, a cadeia é amiúde interrompida — mas as linhas cortadas ressurgem, espero.

Este é um livro feminista. Questões feministas são “pré-emergentes” (no sentido dado ao termo por Raymond Williams),<sup>7</sup> no primeiro capítulo. Nos demais, são a substância. O quarto capítulo apresenta uma crítica ao feminismo universalista culturalista contemporâneo.

Este livro pertence à mesma estante em que se encontram as obras de bell hooks, Deniz Kandiyoti, Ketu Katrak, Wahneema Lubiano, Trin-ti Minh-ha, Chandra Talpade Mohanty, Aiwah Ong e Sara Suleri. Durante os anos da escrita deste livro, essas mulheres e também outras tantas, não nomeadas aqui, alavancaram largamente os estudos pós-coloniais feministas. Suleri e eu temos por foco principal textos produzidos pela corrente dominante [*mainstream*]. As semelhanças existentes entre o trabalho dessas estudiosas e o meu próprio, pouco reconhecidas, são prova de que a nossa é uma luta comum.

Tenho por foco principal textos produzidos pela corrente dominante, repito, mesmo quando busco sondar qual sujeito subalterno é estrategicamente excluído da resistência organizada. O feminismo que encarnamos apresenta algo como uma relação, ainda que antagonica, com a tradição da dominante cultural. O novo livro de Chandra Mohanty contém uma passagem eloquente sobre a SEWA [Self-Employed Women’s Association, ou Associação das Traba-

---

7 [N.T.] No oitavo capítulo de seu *Marxism and Literature* (Oxford: Oxford University Press, 1977, pp. 121-127), o crítico cultural britânico Raymond Williams (1921-1988) estabelece uma distinção teórica entre ordens, formas ou elementos culturais *dominantes*, *residuais* e *emergentes*, no intuito de imbuir de um “senso de movimento” a metodologia usual, estanque, de análise de sistemas culturais com base em seus traços dominantes e definitivos — inadequada, portanto, a uma análise *histórica* (leia-se *dinâmica*) de tais sistemas. *Grosso modo*, a ideia de Williams é a de que, na cultura, há sempre alguma coexistência entre a forma hegemônico-dominante, o traço residual (que, embora remanesça de formações anteriores, é rigorosamente distinto do *arcaico*; cf. *ibid.*, p. 122) e a possibilidade emergente — definida como novos sentidos, valores, práticas etc. que antagonizam de maneira significativa os dominantes (*ibid.*, p. 123) —, coexistência cujo dinamismo pode resultar na absorção do residual e do emergente ao interior do dominante e/ou na transformação do último pelos anteriores.

lhadoras Autônomas].<sup>8</sup> Foi precisamente por causa e a despeito da admoestação reiterada dos dirigentes à então jovem advogada Ela Bhatt — “Mas como você pretende organizá-las? Essas mulheres não têm patrões!” — que a srta. Bhatt criou a categoria de “autônoma” e, como movimento inaugural de seu singular projeto revolucionário, exortou tais mulheres a juntarem o montante mínimo necessário para fundar um banco. Do contrário, teriam permanecido estrategicamente excluídas do movimento trabalhista organizado. Atualmente, ademais, ouvi Nicola Annatrod, do Banco Mundial das Mulheres (BMM), mencionar repetidamente a SEWA ao ser questionada sobre o tipo de trabalho social realizado por sua instituição, e relatar como “Chandra Behn”, da SEWA, segurara suas mãos e dissera ser o BMM seu benfeitor! Tenho por crença que uma formação voltada a determinado hábito literário de leitura do mundo só pode tentar pôr freio a esse tipo de triunfalismo ao modo das superpotências se for capaz de não receber como um inconveniente o reconhecimento de sua própria cumplicidade. Meu livro é uma “crítica”, portanto, no sentido de que examina as estruturas de produção da razão pós-colonial.

Sem essa capacidade de seguir adiante ainda que nos saibamos não exatamente isentas, dois problemas nos entavam: por um lado, teorias, ainda que sutilmente arguidas, que dão apoio à ideia de que a mobilidade ascendente de classe — imitação e máscara — é uma forma não mediada de resistência; por outro, a incapacidade de “reconhecer [...] o término de uma era na qual o Ocidente e, em particular, os estadunidenses viam-se ainda dispostos a tolerar a retórica sobre o terceiro mundo”.<sup>9</sup> A tarefa de docentes em análise literária situa-se na aporia daquele rearranjo não coercitivo da vontade entre aluna e professora enquanto trafegam entre o ser-livre-de [*freedom-from*] e o ser-livre-para [*freedom-to*], não na celebração de uma vontade estadunidense de poder de classe enquanto resistência não mediada.

Assim, embora tanto Aijaz Ahmad como eu critiquemos o pós-colonialismo metropolitano, nutro a esperança de que minha posição seja menos localista, mais nuançada, imbuída de um produtivo reconhecimento de cumplicidade.

---

8 MOHANTY, Chandra. “Women Workers and Capitalist Scripts: Ideologies of Domination, Common Interests, and the Politics of Solidarity.” In: ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade (orgs.). *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. New York: Routledge, 1997, pp. 26-27.

9 TRAUB, James. “Kofi Annan’s Next Test”. *The New York Times Magazine*, 29 mar 1998, p. 46.

Sempre tento enxergar para além da próxima esquina, a fim de nos ver como nos veriam os outros. Não, porém, no intuito de interromper o trabalho, mas de ampliar seu alcance. O que continuo a aprender com a desconstrução é idiossincrático, talvez, mas ainda me serve de rédea.

Não sou suficientemente erudita para ser interdisciplinar, mas posso quebrar as regras. Pode-se aprender algo com isso tudo? Dirijo a pergunta a duas ex-alunas minhas, submetidas à maior parte dos segmentos iniciais deste livro sob a forma de instrução em sala de aula: Jenny Sharpe e Tres Pyle. Por fim, meus agradecimentos às três pessoas que tornaram possível meu outro aprendizado: Mahaswetadi, Farida, Farhad.